

Imagens da mulher na literatura e na imprensa no Brasil oitocentista¹

Angela M. S. M. Taddei
Cynthia Turack
Lucia M. A. Ferreira

Resumo: Este artigo aborda memórias de mulheres no Brasil do século XIX através da análise do discurso literário em *O cortiço* (1890), de Aluísio Azevedo, e do discurso da imprensa em *O sexo feminino* (1873); *A mãe de família* (1879) e *A família* (1890).

Palavras-chave: Memórias. Mulheres. Discurso. Imprensa e Literatura.

Abstract: This article approaches memories on women in 19th century Brazil by means of the analysis of literary discourse in *O cortiço* (1890), by Aluísio Azevedo, and of press discourse in *O sexo feminino* (1873), *A mãe de família* (1879) and *A família* (1890).

Keywords: Memories. Women. Discourse. Press and Literature.

Angela M. S. M. Taddei. Mestre PPGMS UNIRIO.

Cynthia Turack. Mestre PPGMS UNIRIO/CAPES.

Lucia M. A. Ferreira. Professora Doutora PPGMS UNIRIO.

¹ Trabalho desenvolvido no âmbito do projeto Representações no Discurso Midiático, do Programa de Pós-Graduação em Memória Social UNIRIO, apoiado pelo CNPq.

Mulher, Brasil, século XIX: a articulação dessas três noções desencadeia em nós, habitantes do século XXI, uma profusão de imagens do feminino. Essas imagens — no sentido mais amplo do termo, para além da iconicidade — se ancoram em diferentes discursos: a iconografia de um Debret, por exemplo, que registrou, em seu traço, o cotidiano das gentes da Corte; as impressões e perplexidades dos viajantes estrangeiros face ao nosso modo de ser declinado no feminino; os folhetins da imprensa e suas heroínas românticas; os textos literários e alguns de seus personagens emblemáticos como a donzela tímida, a matrona bem-posta, rodeada de mucamas, a ama-de-leite escrava, a prostituta generosa. Todas essas figuras da mulher estão inscritas em nosso imaginário social, cristalizadas em discursos identitários, muitas vezes beirando a estereotipia.

Nosso trabalho pretende reconstruir uma memória social das identidades femininas do século XIX no Brasil, tendo como ponto de partida o discurso da literatura e o discurso da imprensa, tomados como *lugares de memória* na acepção de Pierre Nora². Os *lugares*, assim referidos, não se conectam necessariamente à geografia. Além dos arquivos, bibliotecas e museus — casas de memória e poder³, guardiães do patrimônio material e imaterial de um certo grupo social em um certo espaço-tempo — outras instâncias, em diversificados suportes, registram, fixam e preservam o que deve, pode e precisa ser lembrado. A literatura e a imprensa, favorecidas pelo teor de permanência dos enunciados escritos, apresentam-se como espaços privilegiados de fixação do memorável.

Literatura e imprensa no século XIX: uma notícia breve

No Brasil oitocentista, os vínculos entre o texto literário e o texto jornalístico mostravam-se bastante estreitos: muitos articulistas de jornais eram ou se tor-

² NORA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. *Projeto História*. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História, PUC-SP, dez.93.

³ CHAGAS, Mario. Casas e portas da memória e do patrimônio. In: GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera (Org), *O que é memória social?* Rio de Janeiro: Contra Capa/ Programa de Pós-Graduação em Memória Social da UNIRIO, 2005.

naram escritores consagrados. A atuação de José de Alencar, primeiro na seção forense e, em seguida, como cronista no *Correio Mercantil*, é um dos exemplos desta estreita relação. Suas crônicas na seção Ao Correr da Pena de 1854 a 1855 refletem os interesses, os comportamentos e as mudanças por que passava a sociedade do Rio de Janeiro. Em 1856, transfere-se para o *Diário do Rio de Janeiro*, onde viria a ser redator-chefe e publicaria, além das crônicas, o romance *Cinco minutos*. Da mesma forma, a atuação de Machado de Assis, tanto como cronista e romancista, quanto como crítico, reflete a estreita relação entre a imprensa e a literatura oitocentistas. Machado foi freqüente colaborador em o *Diário do Rio de Janeiro*, *A Semana Illustrada*, *O Globo*, *Gazeta de Notícias*, *O Cruzeiro*, *Semana Illustrada*, *Jornal das Famílias*, tendo escrito para vários periódicos ao mesmo tempo⁴.

A existência desse duplo papel de jornalista/escritor se deveu não apenas ao fato de o discurso jornalístico não ter encontrado ainda sua especificidade, mas também porque o jornal se constituía, via folhetim, num veículo de publicação de obras literárias, numa alternativa viável diante de um mercado editorial ainda incipiente. Mas esta relação tinha mão dupla e dela se beneficiou a imprensa, impulsionada pelo sucesso dos folhetins e o conseqüente aumento da venda de suas edições.

A estreita vinculação entre literatura e imprensa não se configurou somente nos periódicos de público mais amplo. No final do século XIX, acompanhando as tendências européias, surgiu no Brasil a imprensa feminina, inaugurando não apenas um novo espaço público em que se falava à mulher, mas também um espaço de expressão para a palavra da mulher. Vários jornais e revistas foram publicados por associações literárias femininas, abrindo-se, então, para as mulheres a possibilidade de atuar no jornalismo e na literatura, redutos majoritariamente marcados pelo protagonismo masculino. No entanto, no âmbito restrito da

⁴ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder — o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

imprensa feminina, eram enunciadas falas que ecoavam condições de produção e formações discursivas díspares. Se, por um lado, algumas publicações tentavam normatizar os papéis sociais de esposa, mãe e dona de casa, como, por exemplo, os periódicos *Jornal das Famílias* e *A Mãe de Família*, em outras era possível ouvir veementes argumentos favoráveis à emancipação da mulher e ao direito ao voto, como no periódico *O sexo feminino*, e mesmo no *A família*.

Das bases teóricas

Se nosso propósito é reconstruir uma memória das identidades femininas presentes no discurso literário e no discurso jornalístico do final do Oitocentos, há que se explicitar as escolhas teóricas que instrumentalizarão nosso percurso. A saber, as categorias de memória, identidade e discurso.

O conceito de memória que alicerçará nossa reflexão se inspira nas formulações teóricas de Maurice Halbwachs que, em 1925, ao publicar *Les cadres sociaux de la mémoire*, sublinhou que a memória, longe de ser uma reconstituição fidedigna de acontecimentos pretéritos — ambição inalcançável de uma certa história —, configura-se como uma construção seletiva, no jogo dialético entre o lembrar e o esquecer. Enquanto atividade urdida no presente e voltada para uma outra dimensão temporal — seja o passado, seja o futuro —, o fenômeno da memória, permeado de historicidade, é mutante e plural: pressupõe supressões, acréscimos, expurgos e revalorizações. Assim, tentaremos mapear uma dentre muitas das memórias possíveis das mulheres brasileiras do Oitocentos.

Por outro lado, o conceito de identidade a ser por nós endossado se afasta do de sujeito do Iluminismo relatado por Hall⁵, cujos traços são a centralidade, a imutabilidade e o essencialismo, e se aproxima da noção de identidade fragmentada, múltipla e cambiante que inaugura o pós-moderno. E embora tenhamos que

⁵ HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

nos haver com recortes discursivos de um espaço-tempo — o Brasil oitocentista — em que a identidade feminina era biologicamente definida, socialmente acessória e politicamente irrelevante, estaremos à procura de espasmos de não-conformidade.

No que diz respeito ao discurso, vamos privilegiar o conceito de Pêcheux⁶ que preconiza o discurso como acontecimento, ou seja, marcado por aspectos sociais e históricos específicos e pela ideologia predominante no momento em que o sujeito enuncia. Não obstante sua complexidade, torna-se possível nos aproximarmos do acontecimento discursivo por intermédio dos registros textuais, nos quais prevalece o pressuposto da língua. Dito em outras palavras, para procedermos à análise de recortes discursivos, devemos considerar sua materialidade lingüística, pois é a partir dela que identificamos as formações discursivas prevalentes. Foucault⁷ define formação discursiva como os diferentes modos possíveis de se discursivizar determinado objeto, levando-se em consideração os espaços sociais, históricos e ideológicos nos quais o sujeito enunciador está inserido. A ideologia, imprescindível para o conceito de formação discursiva, é entendida aqui como a visão de mundo de certo grupo social localizado em certo espaço-tempo. Em outras palavras, a ideologia (ou as ideologias) é (são) uma forma de significação. Em meio aos discursos elencados neste artigo, podemos considerar algumas formações ideológicas presentes nas formações discursivas que constroem sentidos sobre as mulheres do Oitocentos: em síntese, formações discursivas geradas pela ciência, pela religião e pelos movimentos libertários do final do século XIX.

Uma vez delimitado o arcabouço teórico de que vamos lançar mão, enunciemos os textos que integram nosso *corpus*: o jornal *A mãe de família*⁸, referente ao ano de 1879, cujo discurso médico e higienista tinha cunho predominantemente normatizador; o romance naturalista *O cortiço*⁹, de Aluísio Azevedo, publicado

⁶ PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 2006.

⁷ FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

⁸ *A mãe de família: jornal científico, literário e ilustrado*. Veiculado na cidade do Rio de Janeiro entre 1879 e 1888, o periódico publicado pelo médico Carlos Costa era voltado para as “dignas senhoras, que sendo já ou devendo ser mães de família bem devem compreender o sublime encargo que lhes é confiado” (Apresentação, *A mãe de família*, n. 1, 1879 – Biblioteca Nacional / Catálogo de periódicos raros, 2007).

⁹ No romance *O Cortiço*, de Aluísio Azevedo, a ação se passa no Rio de Janeiro, no bairro de Botafogo, antes da Proclamação da República. O enredo polariza o cortiço São Romão, de propriedade do imigrante português João Romão, onde habita gente comum, de pouca qualificação profissional e várias etnias — a escrava Bertoleza, o casal português Jerônimo/Piedade, o mulato Firmo, a Rita Baiana, a menina Pombinha — e o sobrado de Miranda, comerciante português que se torna barão.

em 1890 e saudado como um dos primeiros registros da gente miúda na nossa literatura; e enunciados veiculados na imprensa, tematizando a mulher, publicados nos periódicos *O sexo feminino*¹⁰, em 1873, e *A família*, em 1890¹¹. Passemos, então, à análise dos recortes discursivos.

¹⁰ *O sexo feminino: semanário literário, recreativo e noticioso especialmente dedicado aos interesses da mulher*; publicado entre 1873 e 1889, contava com a colaboração de diversas senhoras e das filhas de sua proprietária e redatora, Francisca Senhorinha da Motta Diniz. (Biblioteca Nacional / Catálogo de periódicos raros, 2007).

¹¹ *A Família: jornal literário dedicado a educação da mãe de família* foi publicado entre 1888 e 1898, inicialmente em S. Paulo, e, em seguida, no Rio de Janeiro. Sua proprietária e redatora foi Josefina Álvares de Azevedo (Biblioteca Nacional / Catálogo de periódicos raros, 2007).

¹² Procuramos, na medida do possível, manter a grafia com que os artigos foram publicados. É provável, no entanto, que haja algumas inconsistências já que os textos foram copiados à mão do acervo da Biblioteca Nacional.

Mulher-mãe: a identidade biologicamente definida

Nosso primeiro fragmento foi extraído do jornal *A mãe de família* cujo discurso, permeado por noções médicas, tentava conscientizar as mulheres da importância de sua função materna. Tomemos o seguinte recorte:

Há deveres de tal ordem impostos pela própria natureza, que a não serem cumpridos, collocam as mulheres em condição inferior á de outros animaes..

*A organização anatômica da mulher lhe indica qual o papel que lhe traçou o Creador, o de ser mãe!... (Palestra do Medico VIII, M.F., nº 8, 1879).*¹²

Atravessado pelas formações discursivas biológica e religiosa, condizentes com o século XIX, o discurso do médico Carlos Costa considera “ser mãe” uma característica inerente à condição feminina. Para tanto, utiliza a formação anatômica das mulheres como justificativa. Na seqüência, enfatiza a importância da amamentação para o pleno cumprimento do papel materno:

Se a mulher nasceu para ser mãe; se durante nove mezes ella reparte seu sangue com o embryão; depois com o feto e, mais tarde, com o filho, porque não continuará ella a dar-lhe esse mesmo sangue que a natureza transformou em um liquido, contido em seus seios sob o nome de leite?!..

Se a ovelha, a cabra e outros animaes o fazem, sem que ninguém lhes tivesse aconselhado, porque será preciso que se diga á mulher, que tem a felicidade de possuir uma intelligencia: ‘não serás

verdadeiramente mãe, sem que alleites teu filho?” (Palestra do Medico IX, M.F., nº9, 1879).

O médico constrói e ordena o discurso de maneira cronológica: parte do momento da concepção, passando pelas fases de formação da criança — “embrião”, “feto” e “filho” — para, finalmente, culminar no nascimento. Em todas as etapas está expressa a noção de provimento, de alimentação por intermédio da mãe: sangue que se transforma em leite.

Em um discurso de matriz evolucionista, Dr. Carlos Costa compara as mulheres-mães a outros mamíferos, preconizando a amamentação como uma prática natural do sexo feminino. Após apresentar tais argumentos, por que as mulheres se negariam a amamentar seus filhos?

Entretanto, a negligência, o egoísmo, a indolência, a servil submissão ás etiquetas sociaes, a vaidade e o luxo impedem ás mãis de cumprirem o sacrosanto dever que lhes é imposto pela natureza.

[...] Com effeito, durante a gravidez, muitas senhoras não se vestem, não se alimentam segundo os sábios preceitos da hygiene (Palestra do Medico IX, M.F., nº9, 1879).

A explicação do médico enumera vários obstáculos que inviabilizam a amamentação materna: “negligência”, “egoísmo” e “indolência”, por parte das mulheres, seriam conseqüências diretas da “servil submissão ás etiquetas sociaes”, da “vaidade” e do “luxo”. Na concepção do redator, esses empecilhos à amamentação se manifestavam pelo hábito de as senhoras burguesas vestirem coletes apertados e se alimentarem mal, seguindo, assim, os ditames da sociedade francesa que influenciava o país na época. Esse fato se tornava ainda mais grave durante o período da gestação, pois, da inapropriação do vestuário decorreria a deformação dos seios, podendo, até mesmo, “impedir a secreção láctea”. Por outro lado, a dieta inadequada

teria efeitos negativos sobre a qualidade do leite materno. É notável percebermos a estrutura do argumento construído pelo redator: a obediência a modismos sociais prejudicaria a função biológica das mulheres, ou seja, prejudicaria o “ser mãe”, única identidade feminina projetada pelo discurso do jornal.

Mulheres possíveis em *O cortiço*

No âmbito da ficção, a prevalência de uma formação discursiva calcada no determinismo biológico eclode no romance de Aluísio Azevedo, obra paradigmática de nosso naturalismo literário. Aqui, no entanto, o tom é outro: à exortação pedagógica do Dr. Carlos Costa, no periódico *A mãe de família*, corresponde a constatação categórica de que estas mulheres ficcionais estão irremediavelmente marcadas pela finitude. Têm um corpo que amadurece, reproduz, degenera e morre. Independente de variáveis como posição social, grau de instrução, nacionalidade ou etnia, o clamor dos sentidos atropela os princípios da razão, as regras de conduta e as normas sociais. A mulata Rita Baiana, por exemplo, síntese da sensualidade brasileira no romance, se afasta tanto da vocação de esposa e mãe quanto da sujeição ao macho. Suas paixões passam ao largo de laços institucionais:

Casar? protestou Rita. Nessa não cai a filha de meu pai! Casar? Libra! Para quê? Para arranjar cativo? Um marido é pior que o diabo; pensa logo que a gente é escrava! (O cortiço: 72)

A associação entre casamento e escravidão não é uma mera metáfora já que o tempo em que transcorre a narrativa é anterior à Abolição da Escravatura. Aproximar casamento e escravidão sublinha o cerceamento do desejo, a privação da liberdade, o apagamento da mulher enquanto ser autônomo. É desse apagamento que nos fala o narrador, em discurso indireto livre, ao

relatar a mal-sucedida tentativa de Pombinha, a flor do cortiço, para conformar-se e enformar-se à mediocridade do marido, juridicamente considerado o cabeça do casal:

Pobre Pombinha! (...) a princípio, para conservar-se mulher honesta, tentou perdoar-lhe a falta de espírito, os gostos rasos e a sua risonha e fatigante palermice de homem sem ideal; ouviu-lhe, resignada, as confidências banais nas horas íntimas do matrimônio; [...] e fingiu ligar interesse ao que ele fazia, ao que ele dizia, ao que ele ganhava, ao que ele pensava e ao que ele conseguia com paciência na sua vida estreita de negociante rotineiro; mas, de repente, zás! Faltou-lhe o equilíbrio e a misera escorregou, caindo nos braços de um boêmio de talento, libertino e poeta, jogador e capoeira (O cortiço: 245-6).

O “escorregão” de Pombinha, inevitável resposta da natureza, é plenamente justificado pelo narrador. Diferente das outras moradoras do cortiço, Pombinha é louca, bela e letrada; apenas circunstancialmente pertence àquele universo de despossuídos. Alçada à condição de uma das protagonistas da trama, as mutações identitárias de Pombinha são espetaculares: menina impúbere, parceira lésbica, mulher casada, mulher adúltera, prostituta afortunada (na acepção etimológica de ter sorte e no sentido de enriquecer). A transformação de Pombinha, de virgem do cortiço à mundana, passa necessariamente pelo corpo, seu primeiro e último bem, que ela aprende a gerir, dele auferindo prazeres e lucros.

Pombinha, só com três meses de cama franca, (...) fez maravilhas na arte; (...) sabia beber, gota a gota, pela boca do homem mais avarento, todo o dinheiro que a vítima pudesse dar de si (O cortiço: 247).

Em contraste com o percurso de Pombinha e sua emancipação — ainda que por caminhos questionáveis —, está o percurso de Bertoleza: mulher negra, escri-

va, amásia e caixeira de João Romão. O discurso de Bertoleza aqui reproduzido refere-se ao momento em que a escrava, depois de trabalhar por anos a fio, se dá conta de que será descartada:

Ah! Agora não me enxergo! Agora eu não presto para nada! Porém, quando você precisou de mim, não lhe ficava mal servir-se de meu corpo e agüentar a sua casa com meu trabalho! Então a negra servia para um tudo; agora não presta para mais nada, e atira-se com ela no monturo do cisco! Não! Assim também Deus não manda! (De Bertoleza para João Romão, O cortiço: 241).

A notar, nesse recorte, o tom veemente de Bertoleza, em contraste com a subserviência sem questionamentos que caracteriza o personagem desde o início da narrativa. O entendimento de que nunca deixara de ser um corpo a serviço de João Romão leva Bertoleza a proferir este rompante de revolta. Trata-se de um ato de volição inequívoco, discursivamente marcado pela repetição de partículas negativas em sete ocorrências: um *não quero* decisivo. No entanto, no epílogo do romance, ao se dar conta da traição de João Romão, o protesto de Bertoleza extravasa o espaço discursivo para se afirmar no gesto extremo do suicídio.

Mulheres de viva voz

Se uma representação de escrava expressa, ao menos no epílogo de *O cortiço*, o que ela não quer, outras mulheres, fora da ficção, foram enfáticas em dizer o que queriam em alguns dos periódicos da imprensa feminina da segunda metade do século XIX. Eram vozes que clamavam por melhores condições de educação para as mulheres e por sua conseqüente emancipação. Exemplifiquemos com Francisca Senhorinha da Mota Diniz, criadora do jornal *O sexo feminino*, que circulou primeiramente em Minas Gerais e depois no Rio de Janeiro. Em matéria publicada em 25 de outo-

bro de 1873, possivelmente de autoria de D. Francisca, o periódico divulga seus objetivos construindo um libelo a favor da emancipação feminina:

[...] Queremos nossa emancipação e a regeneração dos costumes./Queremos a instrução pura para conhecermos nossos direitos, e delles utilizarmos em ocasião oportuna./Queremos conhecer os negócios de nosso casal para bem administrarmos quando a isso formos obrigadas./Queremos enfim saber o que fazemos, o porque o pelo que das cousas. /Queremos ser companheiras de nossos maridos e não escravas./Queremos saber o como se fazem os negócios fora de casa./Só o que não queremos é continuar a viver enganadas (O sexo feminino, outubro de 1873).

Construindo uma rede de sentidos que ecoa os ideais de liberdade e igualdade dos movimentos do final do século XIX, este discurso de *O sexo feminino* remete a uma formação discursiva em que a igualdade entre os sexos é desejada e se imagina possível. Em tom peremptório, discursivamente marcado pela repetição do verbo *querer* — seis ocorrências na forma afirmativa e uma na forma negativa — no modo da certeza que é o indicativo, a enunciação apresenta um sujeito-mulher que se atribui o papel de porta-voz de outras mulheres — usa-se a primeira pessoa do plural com valor inclusivo. Diferentemente do que acontece nos outros fragmentos discursivos analisados, aqui não se denuncia apenas a situação subalterna da mulher em uma sociedade patriarcal: para além da constatação de sua menoridade social, reivindicam-se seus direitos à educação, à gestão do patrimônio amealhado, à participação como co-protagonista na sociedade familiar — não mais como “escrava”, mas como “companheira”.

Mas isso não é tudo: para além das reivindicações vinculadas à instrução e ao gerenciamento do núcleo familiar, outras vozes femininas chegaram a reclamar o direito ao voto. Este é o caso do exemplo a seguir,

do jornal *A família*, de 1890, que muitas vezes, no entanto, veiculou posições extremamente conservadoras:

[...] claro está que as nossas aptidões não podem ser delimitadas pelos preconceitos de sexo, principalmente nos casos em que tenhamos de afirmar a nossa soberania pelo direito ao voto. O direito de votar não pode, não deve, não é justo que tenha outra restrição além da emancipação intelectual, da consciência do ato, da faculdade de discriminação.

Ainda mesmo — o que não admito — que não tenhamos o direito de sermos votadas, devemos possuir o de voto, isto é, o da livre escolha daqueles que serão chamados a reger os destinos da sociedade em que vivemos, e que alentamos com a vida e educação de nossos filhos (O sexo feminino, outubro de 1873).

A voz que conclama à luta pela emancipação feminina e o direito ao voto anuncia, de fato, a decisão de transpor a fronteira entre o espaço privado — tradicionalmente reservado ao feminino — e o espaço público — dominado desde sempre pelo homem — para atuar mais decididamente no mundo, não apenas nos “negócios fora de casa”, mas igualmente no destino da sociedade. O tom exortativo dos enunciados antecipa o seu efeito como prática discursiva historicamente situada que terá, como sabemos, conseqüências nas transformações sociais havidas em fins do século XIX e ao longo de todo século XX. Como constatou Michelle Perrot¹³ acerca das mudanças sociais na Europa, “a irrupção de uma presença e de uma fala femininas em locais que lhes eram até então proibidos ou pouco familiares é uma inovação do século XIX que muda o horizonte sonoro”.

Rumo a uma síntese

Nesta reflexão, tomamos o discurso como acontecimento atravessado pelo imaginário, pela história e pela ideologia. Em diferentes superfícies discursivas

¹³ PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru, SP: EDUSC, 2005, p. 9.

— a narrativa ficcional e o discurso jornalístico — elicitamos significados que projetam identidades femininas possíveis no final do século XIX: aquelas plasmadas pelas lições do higienismo; as que enxergam o casamento como escravidão e dele fogem, escolhendo viver à margem; as que chegam à autonomia via prostituição, como Pombinha; aquelas que, como a escrava Bertoleza, encontram na morte a única forma de recusar o que lhes impõe o *status quo*, aquelas que percebem ser possível transpor as barreiras que as impedem de alcançar o espaço público.

As imagens femininas que emanam de nosso acervo discursivo têm em comum lampejos de revolta: ajustam-se mal, para desgosto do Dr. Carlos Costa, aos papéis de esposa e mãe, identidade única e inquestionável de toda mulher de bem na tradição da cultura ocidental. São mulheres que protestam canhestra ou abertamente contra a submissão ao macho. De viva voz ou mediadas por um narrador. Mulheres brancas, pardas ou negras. Letradas ou iletradas. Mulheres possíveis.

Como toda memória é construção — pressupõe uma operação seletiva do que deve ser lembrado e do que pode ser esquecido —, o que apresentamos aqui como imagens da mulher no final do século XIX no Brasil se vincula a um viés, a uma escolha. Não exclui outros olhares nem outras histórias. Nem mesmo as de donzelas suspirantes, mães canônicas, amas-de-leite dedicadas e mundanas de bom coração. Fiquemos, pois, atentos, ao ecoar de outras vozes...

Referências

AZEVEDO, Aluisio. *O cortiço*. São Paulo: Martins, 1970.

BIBLIOTECA NACIONAL. *Catálogo de periódicos raros*. Disponível em: <<http://www.bn.br>>. Acesso em: 12 fev. 2007.

CHAGAS, Mario. Casas e portas da memória e do patrimônio.

In: GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera (Org.). *O que é memória social?* Rio de Janeiro: Contra Capa/ Programa de Pós-Graduação em Memória Social da UNIRIO, 2005.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

HALBWACHS, Maurice. *Les cadres sociaux de la mémoire* Paris: Félix Alcan, 1925.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder — o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

NORA, Pierre. “Entre a memória e a história: a problemática dos lugares”. *Projeto História*. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História, PUC-SP, dez.93.

PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 2006.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

As representações femininas no romance anarquista *Ideólogo*, de Fábio Luz

Luciane Munhoz de Omena
Maria Aparecida Munhoz de Omena
Altino Silveira Silva

Resumo: No presente artigo, analisaremos as estratégias de afirmação social das mulheres no início do século XX a partir do romance anarquista *Ideólogo*, de Fábio Luz. Discutiremos as ações particulares que o romancista desenhou para as três personagens centrais: Martha, Eulina e Elsa, levando-se em consideração, a relação dialética entre indivíduos e outros indivíduos; entre esses e as estruturas, como nos sugere o individualismo metodológico.

Palavras-chave: Mulher. Educação. Anarquismo. Poder.

Abstract: In the present article, we'll analyze women tatics of social statement from anarchist novel *Ideologist* by Fábio Luz. We will discuss the particular actions which the writer has drawn to the main three characters: Martha, Eulina and Elsa. We will also consider the dialectic relationship among individuals and other individuals; among these ones and the structures, as the methodological individualism suggests to us.

Keywords: Woman. Politics. Anarchism. Power.

Luciane Munhoz de Omena. Doutora pelo programa de Pós-Graduação em História Social da FFLCH/USP, sob orientação do professor Dr. Norberto Luiz Guarinello e projeto financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo/FAPESP. Docente na UFG.

Maria Aparecida Munhoz de Omena. Doutora no Programa de Pós-Graduação em Teoria da Literatura do IBILCE/UNESP Campus de São José do Rio Preto.

Altino Silveira Silva. Especialista em História (UFES), Especialista em Direito Material e Processual do Trabalho (ESA) e Bacharel em Direito (FDV).